SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM

Rua General Osório s/nº Campus Saúde
Rio Grande-RS – CEP 96201-900
Fone: (53) 3237-4605 - Fax: (53) 32374603
E-mail: eenf@furg.br

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM

ATA 22/2021

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, de modo virtual, por meio da plataforma Zoom (https://us02web.zoom.us/j/84830192977), foi realizada Reunião Ordinária do Conselho da Escola de Enfermagem (CONEENF), sob a presidência da professora Janaina Sena Castanheira, com a presença dos seguintes conselheiros: Aline Campelo Pintanel, Aline Cristina Calçada de Oliveira, Bárbara Tarouco da Silva, Daiani Modernel Xavier, Deise de Oliveira Ribeiro, Dóris Helena Ribeiro Farias, Ederson Coelho Wyse, Fabiane Ferreira Francioni, Gabriela do Rosário Paloski, Jamila Geri Tomaschewski Barlem, Julia Severo dos Santos, Lenice Dutra de Sousa Canuso, Mara Regina Santos da Silva, Pâmela Kath de Oliveira Nornberg e Paula Pereira de Figueiredo. O diretor, professor Edison Luiz Devos Barlem, e a docente Rosemary Silva da Silveira estavam participando de bancas examinadoras no momento da reunião. As conselheiras Adriane Maria Netto de Oliveira e Marlise Capa Verde Almeida de Mello justificaram ausência. As conselheiras Daniele Ferreira Acosta, Fernanda Demutti Pimpão Martins e Simoní Saraiva Bordignon encontram-se em Licença Gestante. Participaram como convidados: Alessandro Marques dos Santos, Camila Daiane Silva, Diéssica Roggia Piexak, Maria Luzia Machado Godinho, Sabrina Santos da Rocha, Stella Minasi de Oliveira e Cristiane Rodrigues Alves, que secretariou a reunião. A presidente encaminhou os assuntos da pauta: **1. Homologação da Ata 20/2021:** Não recebemos nenhuma consideração quanto à Ata mencionada, a qual foi homologada por unanimidade. **2. Homologação dos Editais de Mestrado e Doutorado PPGEnf – ingresso regular 2022:** A coordenadora da Pós-Graduação, professora Mara, apresentou os Editais PPGEnf 11/2021 e 12/2021 dos processos seletivos para Mestrado e

Doutorado 2022, respectivamente. A comissão de seleção de ambos os processos foi assim constituída: Profa. Dra. Jamila Geri Tomaschewski Barlem – FURG (Presidente), Profa. Dra. Marta Regina Cezar-Vaz – FURG, Profa. Dra. Mara Regina Santos da Silva – FURG, Prof. Dr. Edison Luiz Devos Barlem – FURG, Profa. Dra. Eda Schwartz – FURG, Profa. Dra. Laurelize Pereira Rocha – FURG, Profa. Dra. Daiani Modernel Xavier – FURG, Profa. Dra. Adriane Maria Netto de Oliveira (Suplente) e Profa. Dra. Hedi Heckler de Siqueira (Suplente). **Mestrado:** O Edital 11/2021 se propõe a preencher até 18 vagas no Processo Seletivo 2022 do Curso de Mestrado em Enfermagem - Área de Concentração: Enfermagem e Saúde. Destas, até 04 vagas serão para ações afirmativas, e pelo menos 14 vagas para a ampla concorrência. As inscrições ocorrem exclusivamente pelo sistema www.siposg.furg.br/curso/931, no período de 26 de novembro de 2021 a 13 de fevereiro de 2022, no valor de R$ 100,00 (cem reais). A solicitação de pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser encaminhada à coordenação do PPGEnf até o dia 05 de fevereiro de 2022 via e-mail: pgenf@furg.br. Não haverá recurso para o indeferimento da solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição e o resultado do pedido estará disponível dia 10 de fevereiro de 2022 na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. Candidatos estrangeiros residindo fora do país estão isentos da taxa de inscrição. A homologação das inscrições será publicada até o dia 14 de fevereiro de 2022 na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. Os recursos referentes à homologação das inscrições poderão ser interpostos no dia 15 de fevereiro de 2022, somente via SIPOSG, campo recurso, sendo vedada qualquer outra forma de solicitação ou resposta. O resultado dos recursos será disponibilizado no dia 16 de fevereiro de 2022, na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. A seleção será desenvolvida em três etapas, sendo a primeira eliminatória e composta pela análise do texto explicativo e argumentativo (Peso 2) - Nota mínima: 7,0; e pela análise do Projeto de Pesquisa (peso 3) - Nota mínima: 7,0. O resultado da primeira etapa da seleção com cronograma de entrevistas será publicado no dia 21 de fevereiro de 2022, na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. Os recursos referentes ao resultado da primeira etapa poderão ser interpostos no dia 22 de fevereiro de 2022, somente via SIPOSG, campo recurso, sendo vedada qualquer outra forma de solicitação ou resposta. O resultado dos recursos será disponibilizado no dia 23 de fevereiro de 2022, na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. A segunda etapa consiste nas entrevistas, de caráter eliminatório (Peso 3) - Nota mínima: 7,0. As entrevistas serão realizadas

via Plataforma Zoom, no dia 25 de fevereiro de 2022, de acordo com cronograma a ser publicado na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. A terceira e última etapa é classificatória e corresponde à análise do Curriculum Lattes (Peso 2). O resultado da segunda e terceira etapas será divulgado no dia 25 de fevereiro de 2022, na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. Recursos referentes ao resultado da segunda e terceira etapas poderão ser interpostos no dia 26 de fevereiro de 2022, somente via SIPOSG, campo recurso, sendo vedada qualquer outra forma de solicitação ou resposta. O resultado após recurso será divulgado no dia 02 de março de 2022, na homepage https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. O resultado preliminar com a lista dos candidatos selecionados e suplentes, por ordem de classificação, será divulgado no dia 03 de março de 2022 na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. O resultado final, com a lista dos candidatos selecionados e suplentes por ordem de classificação será divulgado no dia 04 de março de 2022, na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. Será considerado aprovado o candidato que obtiver a média final igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero). Serão selecionados os primeiros 18 candidatos aprovados, considerando os candidatos as vagas de ampla concorrência e vagas reservadas. As vagas por docentes participantes foram distribuídas de acordo com as linhas de pesquisa, conforme segue: Linha de pesquisa: “Ética, Educação e Saúde”: Profa. Dra. Rosemary Silva da Silveira – 1 vaga; Prof. Dr. Edison Luiz Devos Barlem – 1 vaga; Profa. Dra. Jamila Geri Tomaschewski Barlem – 1 vaga; e Profa. Dra. Simoní Saraiva Bordignon – 2 vagas; Linha de pesquisa: “O trabalho da Enfermagem / Saúde”: Profa. Dra. Marta Regina Cezar Vaz – 2 vagas; Profa. Dra. Laurelize Pereira Rocha – 1 vaga; Profa. Dra. Daiani Modernel Xavier – 3 vagas; e Prof. Dr. Luciano Garcia Lourenção – 1 vaga; Linha de pesquisa: “Tecnologias de Enfermagem / Saúde a indivíduos e grupos sociais”: Profa. Dra. Adriane Maria Netto de Oliveira – 2 vagas; Profa. Dra. Giovana Calcagno Gomes – 1 vaga; Profa. Dra. Mara Regina Santos da Silva – 1 vaga; e Profa. Dra. Eda Schwartz – 2 vagas. **Doutorado:** O Edital 12/2021 se propõe a preencher até 12 vagas no Processo Seletivo 2022 do Curso de Doutorado em Enfermagem - Área de Concentração: Enfermagem. Destas, até 03 vagas serão para ações afirmativas, e pelo menos 09 vagas para a ampla concorrência. As inscrições ocorrem exclusivamente pelo sistema www.siposg.furg.br/curso/962, no período de 26 de novembro de 2021 a 13 de fevereiro de 2022, no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais). A solicitação de pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser encaminhada à coordenação do PPGEnf até o dia 05 de fevereiro

de 2022 via e-mail: pgenf@furg.br. Não haverá recurso para o indeferimento da solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição e o resultado do pedido estará disponível dia 10 de fevereiro de 2022 na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. Candidatos estrangeiros residindo fora do país estão isentos da taxa de inscrição. A homologação das inscrições será publicada até o dia 14 de fevereiro de 2022 na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. Os recursos referentes à homologação das inscrições poderão ser interpostos no dia 15 de fevereiro de 2022, somente via SIPOSG, campo recurso, sendo vedada qualquer outra forma de solicitação ou resposta. O resultado dos recursos será disponibilizado no dia 16 de fevereiro de 2022, na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. A seleção será desenvolvida em três etapas, sendo a primeira eliminatória e composta pela análise do Projeto de Pesquisa (Peso 4) - Nota mínima: 7,0; e pela análise da carta de apresentação argumentativa sobre a inserção do candidato no PPGEnf/FURG (Peso 2) - nota mínima: 7,0. O resultado da primeira etapa será publicado no dia 21 de fevereiro de 2022, na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. Os recursos referentes ao resultado da primeira etapa poderão ser interpostos no dia 22 de fevereiro de 2022, somente via SIPOSG, campo recurso, sendo vedada qualquer outra forma de solicitação ou resposta. O resultado dos recursos será disponibilizado no dia 23 de fevereiro de 2022, na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. A segunda etapa consiste nas entrevistas, de caráter eliminatório (Peso 2) - Nota mínima: 7,0. As entrevistas serão realizadas via Plataforma Zoom, no dia 24 de fevereiro de 2022, de acordo com cronograma a ser publicado na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. A terceira e última etapa é classificatória e corresponde à análise do Curriculum Lattes (Peso 2). O resultado da segunda e terceira etapas será divulgado no dia 24 de fevereiro de 2022, na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. Recursos referentes ao resultado da segunda e terceira etapas poderão ser interpostos no dia 25 de fevereiro de 2022, somente via SIPOSG, campo recurso, sendo vedada qualquer outra forma de solicitação ou resposta. O resultado após recurso será divulgado no dia 26 de fevereiro de 2022, na homepage https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. O resultado preliminar com a lista dos candidatos selecionados e suplentes, por ordem de classificação, será divulgado no dia 26 de fevereiro de 2022 na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. O resultado final, com a lista dos candidatos selecionados e suplentes por ordem de classificação será divulgado no dia 04 de

março de 2022, na homepage: https://ppgenfermagem.furg.br/editais/edital-ingresso-regular. Será considerado aprovado o candidato que obtiver a média final igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero). Serão selecionados os primeiros 12 candidatos aprovados, considerando os candidatos as vagas de ampla concorrência e vagas reservadas. As vagas por docentes participantes foram distribuídas de acordo com as linhas de pesquisa, conforme segue: Linha de pesquisa: "Ética, Educação e Saúde": Prof. Dr. Edison Luiz Devos Barlem – 2 vagas; e Profa. Dra. Rosemary Silva da Silveira – 2 vagas; Linha de pesquisa: "O trabalho da Enfermagem / Saúde": Profa. Dra. Marta Regina Cezar Vaz – 1 vaga; Profa. Dra. Hedi Crecencia Heckler de Siqueira – 1 vaga; e Profa. Dra. Laurelize Pereira Rocha – 1 vaga; Linha de pesquisa: "Tecnologias de Enfermagem / Saúde a indivíduos e grupos sociais": Profa. Dra. Adriane Maria Netto de Oliveira – 2 vagas; Profa. Dra. Giovana Calcagno Gomes – 2 vagas; e Profa. Dra. Mara Regina Santos da Silva – 1 vaga. Os Editais PPGEnf 11/2021 e 12/2021 dos processos seletivos para Mestrado e Doutorado 2022 foram aprovados por unanimidade. **3. Homologação do resultado da seleção para professor permanente do PPGEnf:** Ainda com a palavra, a coordenadora da Pós-Graduação informou que o Edital para credenciamento de professor permanente, cujo período de inscrições foi de 30 de agosto a 31 de outubro de 2021, recebeu a inscrição de duas candidatas: a Profa. Dra. Simoni Saraiva Bordignon – EEnf/FURG, na linha de pesquisa Ética, Educação e Saúde e a Profa. Dra. Eda Schwartz – aposentada da UFPEL e bolsista de produtividade com vigência até 2024, na linha de pesquisa Tecnologias de Enfermagem/Saúde a Indivíduos e Grupos Sociais. Ambas as candidatas foram aprovadas com nota 10,0 (dez vírgula zero) e apresentaram um currículo muito rico, principalmente com referência à internacionalização. Serão aquisições muito importantes para o programa, ficando agora com 14 docentes permanentes em seu quadro. O resultado da seleção para professor permanente do PPGEnf foi homologado por unanimidade. **4. Indicação de representante no CCTI (Comitê de Ciência, Tecnologia e Inovação):** Tendo em vista a manifestação da professora Marta Regina Cesar Vaz em não continuar no CCTI (Comitê de Ciência, Tecnologia e Inovação), o referido comitê solicitou nova indicação de representante da Escola de Enfermagem. A docente Fernanda Demutti Pimpão Martins é representante Titular e a professora Marta é suplente. A professora Stella se disponibilizou e ocupará a vaga como suplente, porém, representará a Unidade de maneira integral durante o afastamento para licença gestante da titular. **5. Indicação de representante no CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente):** Devido ao término de mandato no ano corrente, a CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente) solicitou a indicação de um representante Titular

e dois Suplentes para a nova gestão - biênio 2022-2024. Atualmente, a EEnf é representada pela professora Bárbara Tarouco da Silva como Titular e pelas docentes Adriane Maria Netto de Oliveira e Paula Pereira de Figueiredo como Suplentes. A docente Bárbara manifestou interesse em continuar e a professora Paula em não permanecer. Ocupando a vaga da professora Paula, ficará o docente Alessandro Marques dos Santos. Sendo assim, a professora Bárbara será mantida como Titular e os docentes Alessandro e Adriane representarão a Unidade como 1ª e 2ª Suplentes, respectivamente. **6. Exclusão da disciplina "Perspectiva Quântica para o Cuidado de Enfermagem/Saúde (18126)":** A professora Daiani, coordenadora da Graduação, relatou que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) aprovou a exclusão da disciplina "Perspectiva Quântica para o Cuidado de Enfermagem/Saúde" – código 18126, para que seja substituída pela disciplina "Plano da Disciplina Práticas Integrativas e Complementares para o cuidado de Enfermagem/Saúde". Como não é possível alterar a disciplina após sua criação, foi necessário excluí-la para apresentar a nova proposta. A exclusão da disciplina "Perspectiva Quântica para o Cuidado de Enfermagem/Saúde" (18126) foi aprovada por unanimidade também por este Conselho. **7. Proposta de Inclusão de disciplina "Plano da Disciplina Práticas Integrativas e Complementares para o cuidado de Enfermagem/Saúde":** A coordenadora da Graduação apresentou o plano de ensino da nova disciplina supramencionada, o qual já foi deferido no NDE. A disciplina foi proposta para ser ministrada em período semestral, no 5º Semestre (Pré-requisito: "Processo de Enfermagem"), com carga horária total de 30h e semanal de 2h, distribuída em 15 encontros; Créditos: 02; Sistema de avaliação: II; Ementa: "Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. Contribuições das Práticas Integrativas e Complementares para o Cuidado de Enfermagem/Saúde". Contudo, a coordenadora explicou que o NDE não chegou a um consenso quanto ao caráter da disciplina, isto é, se será oferecida como obrigatória ou optativa. As docentes responsáveis pela disciplina, professoras Aline Cristina Calçada de Oliveira e Diéssica Roggia Piexak formularam o plano de ensino considerando que a disciplina possui caráter obrigatório, mas houve divergências de posicionamentos e, por esse motivo, a pauta foi trazida para apreciação do CONEENF. A docente Aline expressou que há cerca de dez anos vêm trabalhando com as Práticas Integrativas e Complementares (PICS), assim como a professora Diéssica que também atua há bastante tempo, e ambas têm recebido dos alunos a demanda de aprenderem mais sobre o tema, já que nos campos de estágio na Atenção Básica se deparam com situações que apontam essa necessidade. Portanto, as docentes propuseram a disciplina

como obrigatória a fim de instrumentalizar os estudantes para executarem as PICS nas suas práticas assistenciais. A professora refletiu que se a disciplina for oferecida em caráter optativo, o aluno que não tiver oportunidade de cursá-la sairá do curso com essa lacuna do conhecimento e encontrará dificuldade para discernir a autenticidade das diversas práticas disponíveis. Frisou que a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) foi oficializada no Brasil em 2006 e que, embora várias PICS sejam recentes, esse conjunto de ações desenvolvidas no Sistema Único de Saúde (SUS) têm se mostrado muito pertinente, sobretudo na área da Enfermagem. Apresentou um artigo científico cujo título é "Práticas integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico-assistencial" (AZEVEDO *et al*, 2019), encontrado no link https://www.scielo.br/j/ean/a/zCtFNpfgPQpQvKHn9jVJpxD/?lang=pt&format=pdf, no qual é reforçado o papel da Enfermagem na busca desse conhecimento. Este artigo concluiu que: "A institucionalização das PIC no Sistema Único de Saúde ampliou o acesso e tem contribuído para disponibilização de serviços de saúde integral e multidisciplinares." (p. 1), e demonstrou que, por meio das PICS, os enfermeiros têm obtido autonomia e, com isso, a expansão de sua atuação, visando a melhor qualidade do cuidado. A docente relatou que muitas Universidades já inseriram a temática como disciplina obrigatória, sendo essa a tendência a nível nacional. A nova proposta contempla todas as retificações discutidas anteriormente, tanto com relação ao título, quanto ao conteúdo, e dá ênfase às PICS mais relevantes respaldadas pelo SUS. A professora Diéssica denotou que se observa essa crescente desde a instituição do SUS, quando as práticas ancestrais e milenares já eram utilizadas pela população. Assim, a docente enfatizou que a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares foi construída com base na procura dos usuários, por profissionais que ampliaram sua visão para além da questão biomédica que, embora seja essencial, por vezes não dá conta de suprir as demandas de saúde do ser humano. Sendo assim, tanto a nível nacional quanto internacional, a necessidade de ensino, pesquisa e extensão das PICS é emergente. O Consórcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa (CABSIN), do qual a docente faz parte, mantém vínculos com inúmeras universidades do exterior e foi contratado pelo Ministério da Saúde para elaborar Mapas de evidências, nos quais são esquematizados e caracterizados os estudos científicos sobre a aplicação clínica das PICS. O Ministério da Saúde está elaborando sínteses desses mapas para disponibilizar aos gestores que cuidam da oferta das práticas integrativas aos usuários no Brasil. A docente salientou que não se pode mais dizer que não existem evidências científicas que sustentem a utilização das PICS, mas ainda são discutidas as diferentes

metodologias, pois nem toda PIC precisará de uma pesquisa clínica, o que é indicado pelos níveis de evidência como: baixo, moderado ou elevado. Os mapas de evidências disponíveis são baseados unicamente em revisões sistemáticas, trazendo maior cientificidade a estes estudos. As estratégias das PICS também são mapeadas e consolidadas por meio do IdeiaSUS e do Observatório Nacional de Saberes e Práticas Tradicionais, Integrativas e Complementares em Saúde (ObservaPICS), ambos da Fiocruz. No município do Rio Grande foi sancionada uma lei em 2013 que orienta sobre o oferecimento das diversas PICS, tendo recebido incentivo financeiro do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) em função da alta oferta municipal. A produção científica quanto ao cuidado na Atenção Primária em Saúde com as PICS aponta que essas práticas têm sido adotadas em várias áreas, como na saúde mental, saúde do trabalhador e saúde da mulher, por exemplo. Estes artigos trazem elementos dos quais a Enfermagem pode se apropriar a fim de fortalecer a sua prática de cuidado, mas, para isso, o aluno precisa desse conhecimento. Na reunião do NDE foi pontuado que o tema pode ser distribuído nas disciplinas, assim como se aborda aspectos como ética e saúde do trabalhador, mas, para isso, as disciplinas precisariam ser reestruturadas para contemplar todas as questões importantes sobre as PICS, o que pode ser mais facilmente oferecido em uma disciplina com esse foco. A professora relatou que desde que ingressou na disciplina, ela e a colega vêm conversando sobre a possibilidade de torná-la obrigatória, em função da alta demanda dos estudantes, que desejavam aprender sobre a temática e argumentavam que os colegas que não conseguiam cursá-la tinham uma perda pelo fato de ser optativa, pois há incompatibilidade de horários. Além disso, a condição de optativa permite a participação de alunos de outras áreas que, inclusive, solicitam essa disciplina em seus próprios cursos. Com isso, a Enfermagem também é prejudicada por restringir ainda mais as vagas para seus alunos. A docente mencionou que outra Universidade mantém a disciplina como optativa, mas com amplo número de vagas e aberto a todos os cursos, mas isso representa uma perda para a Enfermagem, já que é pioneira na utilização e no desenvolvimento das PICS, limitando a autonomia do enfermeiro. Diante do exposto, ambas as docentes propuseram a disciplina como obrigatória e se disponibilizaram para discutir a ideia com o grande grupo. A professora Lenice manifestou seu posicionamento, desculpando-se por sua fala ser relativamente extensa, mas frisando ser importante justificar seu voto que contraria uma decisão anterior desse Conselho. Explicou que não possui a expertise na área das PICS como as colegas Aline e Diéssica, mas entende que percorreram um caminho em comum na formação como enfermeiras e docentes. Relatou que ingressou no corpo docente da FURG em 2010 e, desde

então, utiliza a taxonomia da Associação Norte-americana de Diagnósticos de Enfermagem, mas nunca aplicou o diagnóstico “campo de energia perturbado” que hoje é definido como “campo de energia desequilibrado”, pois não encontrou uma sustentação para realizar esse diagnóstico que, invariavelmente, deve ser elaborado por meio da identificação das características definidoras elencadas na taxonomia. Essas características não se tratam de evidências de autorrelato do próprio paciente ou de achados que pudessem ser mensuráveis, testados ou falseáveis como, por exemplo: bloqueio do fluxo de energia, padrões de campos de energia congestionados e outras relacionadas com um conceito de campo de energia. Dessa forma, a docente narrou que, diante da impossibilidade de identificar o diagnóstico em si, nas aulas práticas era inviável também a prescrição de intervenções que pudessem ser sistematicamente avaliadas tanto por ela quanto pelos estudantes. A cada revisão da taxonomia, buscava observar se o diagnóstico era mantido e se havia alguma alteração que a fizesse ter uma melhor sustentação, mas não teve sucesso. Entre as terapias das quais teve conhecimento, o Reiki era uma das que abordava o conceito de “campo de energia” e que havia ganhado espaço de destaque como uma das práticas que apresentavam evidências científicas, inclusive oferecida pelo SUS. Então, em 2015, buscou conhecer e estudar sobre o Reiki, já que era uma terapia conhecida pelo uso desse diagnóstico. Verificou que a terapia tinha sua origem no Japão e que havia sido criada por um monge budista, que, após um longo período de jejum e meditação teve uma visão e, em uma espécie de transe, alcançou a compreensão do conhecimento de como utilizar os símbolos e o método para realizar a terapia. Ao entender que o processo de ensino-aprendizagem deve ser norteado por rigor científico e intelectual, descartou a possiblidade de considerar a origem como fonte de conhecimento para o ensino, mas não desconsiderou o efeito que pode ser produzido pelo Reiki. Assim, buscou produções técnico-científicas que abordassem a terapia do Reiki e o conceito de “campo de energia”, mas, naquela época, não encontrou estudos em quantidade ou rigor metodológico que, para ela, justificassem a validade científica de ambos. Referiu que, como membro desse conselho, sua posição em relação às PICS vai além da sua conduta individual e, portanto, procurou fazer outras leituras para fundamentar seu voto, as quais desejou compartilhar para enriquecer a discussão, destacando alguns pontos. Expôs que o SUS oferece 29 terapias alternativas e complementares, mas conseguiu obter informações apenas sobre algumas delas. Verificou que a fitoterapia tem trazido evidências de ação farmacológica e que a meditação também tem sido reconhecida por comprovações de efeito na saúde. Entretanto, algumas terapias chamadas de “energéticas” como os florais ou ainda a imposição de mãos

(como o toque terapêutico), que se baseiam na teoria de que podem melhorar o fluxo de energia pelo corpo, têm sido refutadas pela comunidade científica. Com isso, tentou se concentrar nos argumentos que sustentam o uso das PICS, sua implantação no SUS e as evidências científicas especialmente das práticas de terapias energéticas. Atualmente, as PICS são reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde do Brasil, assim como pelo Conselho Federal de Enfermagem. A docente começou analisando o documento da primeira estratégia global da Organização Mundial da Saúde sobre Medicina Tradicional prevista para o período de 2002 a 2005. Na época, a Diretora-Geral da OMS era Gro Harlem Brundtland (uma médica norueguesa) e o documento mencionava que não se tratava de uma publicação oficial da OMS e que os pontos de vista expressos pelos autores eram de sua responsabilidade. O documento apontava dificuldades ao definir a terminologia para descrever as terapias e produtos, que a validade dos dados era problemática e que as metodologias utilizadas para a coleta de dados não eram comparáveis e os parâmetros não eram claramente determinados. A coordenadora da equipe de Medicinas Tradicionais da OMS era a Dra. Xiaorui Zhang, ex Diretora-Geral do Departamento de Cooperação Internacional da Administração Estatal de Medicina Tradicional Chinesa e Conselheira Especial do mesmo órgão. Esse documento aponta que, especialmente para os mais pobres e desfavorecidos, os medicamentos alopáticos não estão disponíveis e as medicinas tradicionais são a única fonte acessível. Já nos países desenvolvidos, as medicinas tradicionais são utilizadas como complementares e as pesquisas indicam que há um elevado grau de satisfação com a qualidade da atenção oferecida pelos provedores desses cuidados. O segundo documento da estratégia global da OMS sobre Medicina Tradicional é para o período de 2014 a 2023 e foi construído sob a direção-geral de Margaret Chan, também médica. Enfatiza que mundialmente a medicina tradicional é o pilar principal da prestação de serviços de saúde ou o seu complemento. Indica a necessidade global de desenvolvimento de conhecimentos sobre as medicinas tradicionais assim como a sua integração aos sistemas nacionais de saúde. Diferente do documento anterior, esse apontava um período de uma década de estratégias e expressava agradecimentos ao governo da China pelo apoio financeiro para a sua elaboração. Em relação às medicinas tradicionais e medicinas alternativas e complementares, ambos os documentos apontam que é função da OMS defender o seu uso racional e fomentar o uso baseado em evidências, contudo, não indicam quais são as terapias que apresentam evidências que assegurem eficácia e segurança. A professora procurou ainda essa informação em relatórios disponíveis da OMS e encontrou somente algumas informações quanto à

regulação de medicamentos fitoterápicos, e a descrição de que a principal dificuldade relatada pelos países membros é a falta de dados de pesquisas. A definição de Medicina Tradicional da OMS refere que a mesma é baseada em teorias, crenças e experiências de diferentes culturas, explicáveis ou não. No documento publicado em 2006, em relação à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), o Ministério da Saúde manifesta sua implementação por justificativas de natureza política, técnica, econômica, social e cultural. Afirma que sua construção se iniciou a partir do atendimento das diretrizes e recomendações de várias Conferências Nacionais de Saúde e às recomendações da OMS. A docente buscou evidências científicas em publicações nacionais e internacionais que justificassem o uso das terapias que trabalham com a teoria de "campo de energia" e a maioria dos estudos encontrados envolviam imposição de mãos. Entre as publicações, muitas estão em revistas específicas para a temática de terapias alternativas e complementares. Acessou artigos de revisão, estudos de caso, e Estudos Clínicos Randomizados. Entre os Estudos Clínicos Randomizados, apontou ter encontrado algumas fragilidades: um único estudo realizado sem replicação; com amostra reduzida; às vezes sem tratamento estatístico; com metodologias que não estavam claras; com grupo experimental recebendo intervenção de pessoa experiente na área ou o próprio pesquisador e grupo placebo recebendo intervenção de pessoa sem experiência; estudos que apresentavam outros fatores de confusão para análise dos dados; estudos nos quais os autores se autorreferenciavam; com problemas epistemológicos por apresentarem fundamentação teórica embasada em crenças não comprovadas cientificamente como "alguma energia conectada ao espírito" ou confusão conceitual com a física quântica; ou ainda, apresentação de inferências que os estudos não alcançavam; o conceito de energia utilizado é embasado em teorias que não são aceitas pela comunidade científica ou que se sustentam em hipóteses que não são falseáveis por meio de métodos científicos; os métodos de avaliação dependem da autopercepção do observador ou utilizam instrumentos de radiestesia como pêndulos; as intervenções realizadas não seguem um método em relação a tempo de aplicação, tempo de tratamento e tipo de amostra utilizada (in vitro, camundongos, pacientes de variadas idades ou problemas); publicações antigas, da década de 70 ou 80, sendo referenciadas ainda e que não se encontram estudos replicados desde então; dissertações e teses utilizadas com referências mesmo que seus resultados não tenham sido publicados em revistas revisadas por pares; estudos que não eliminam a possibilidade de efeito placebo; e, por fim, a docente destacou que entende que as falhas metodológicas podem ocorrer em qualquer estudo, mas declarou não ter encontrado outros

estudos que tivessem sido reproduzidos com as correções das limitações anteriores. Para encontrar mais subsídios, buscou ainda analisar a proposta de um primeiro curso de pós-graduação latu sensu na área das PICS, de 400 horas, com vigência para 2021, que a colega Aline havia enviado a divulgação. A professora apontou 3 disciplinas que chamaram mais sua atenção no curso, sendo a primeira: “Pineal, campo vibracional e física quântica”. A segunda é “Sistema Essências D’água”, que utiliza um livro como referência e a disponibilidade de um link para um site. A pessoa a ministrar a disciplina é a autora do livro e tem o nome vinculado ao CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) como sócia da empresa que produz os produtos. A professora Lenice argumentou não ter localizado nenhuma publicação científica relacionada e verificou que essas essências se destinam a variadas finalidades, de modo que todas que acessou têm composição 40% hidroalcoólica e 60% água, com custo em torno de R$ 36,00 (trinta e seis reais) o frasco de 10ml. A terceira disciplina foi de “Sistemas florais brasileiros” (Florais de Minas, San Germain e Mata Atlântica). A docente frisou não saber anteriormente que há florais brasileiros e, por isso, procurou se informar ao menos sobre os três citados. Da mesma forma, para cada sistema, as pessoas que ministram as aulas têm seu livro indicado como referência e nome vinculado ao CNPJ das empresas que produzem os produtos. A docente concluiu se tratarem de empresas familiares e não encontrou nenhum artigo científico publicado dos criadores dos florais ou que investigue os efeitos. Os florais de Minas têm cerca de 608 produtos para venda no site oficial da empresa com valores que chegam até R$ 8.000,00 (oito mil reais). O site informa que possui vários laboratórios e equipamentos modernos e, ainda, que tem desenvolvido pesquisas pioneiras no campo sutil envolvendo estudos de física quântica. Os produtos oferecidos são diversos, desde florais e similares, cursos de formação em florais e tarô, livros e materiais digitais. As compras acima de R$ 1.000,00 (mil reais) ganham um busto do Dr. Bach. Na página do Instagram, há uma publicação de uma matéria do G1 que, para saber mais sobre a terapia, conversou com a dona da empresa (identificada na matéria como pesquisadora) e destaca que a mesma, em 2019, estava produzindo cerca de oito mil florais por mês e que os produtos auxiliam em terapias que integram o SUS – link para a matéria: https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2019/05/05/itauna-tem-empresa-que-produz-cerca-de-oito-mil-florais-por-mes-produtos-auxiliam-em-terapias-que-integram-o-sus.ghtml. A composição dos florais é variada e pode conter cocções florais, álcool de cereais, água mineral ou desmineralizada, essência musical, água plasmática, óleos essenciais, corante alimentício, mosaicos vibracionais acústicos de músicas clássicas e conhaque. A docente ressaltou desconhecer o que é cocção

e descobriu que é o cozimento das flores. O último produto lançado no site é anunciado no perfil do Instagram e é composto por água plasmática, essências florais e uma essência musical: a Ode à Alegria da 9ª sinfonia de Beethoven. As indicações para uso dos florais são inumeráveis. Os florais de San Germain têm 89 essências que ainda podem ser mescladas entre si e foram criadas por meio de canalização espiritual dos doze raios de luz representados pelos Mestres Ascensionados. A esses florais são atribuídas energias de Raios Cósmicos, que são expressões Divinas de Deus. A professora disse ter encontrado os referidos florais na internet para venda com valores entre R$ 38,00 (trinta e oito reais) e R$ 63,00 (sessenta e três reais) o frasco com 10ml. A composição desses produtos é infusão aquosa de flores 0,01% preservada em brandy (que é um conhaque de uvas). O sistema terapêutico Florais da Mata Atlântica é composto por 69 essências florais. O autor do livro como referência utilizada integra o Conselho Consultivo da Frente Parlamentar de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Congresso Nacional até 2022 e também compõe o Grupo Técnico de Homeopatia e PICS do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais. A docente afirmou não ter encontrado os florais desse sistema para venda. Acrescentou que a nota técnica 01/2018 do Departamento de Ações em Saúde e Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares do RS (Rio Grande do Sul) orienta os gestores do SUS sobre a implantação da Terapia Floral como prática complementar na Rede de Atenção à Saúde no Estado. Entre os Sistemas Florais indicados nesse documento, estão os florais de Minas e San Germain, além de vários outros internacionais e nacionais que a professora não pôde se aprofundar para conhecê-los melhor. A docente explicou que na reunião do NDE supramencionada, manifestou-se contra a obrigatoriedade da oferta da disciplina e, com isso, pode ter causado um clima de mal-estar por haver leituras de perspectivas diferentes das PICS, apesar de concordarem que elas estão cada vez mais fortalecidas no SUS e na Enfermagem. Resgatou que se opôs à argumentação do diretor de que a disciplina deva ser oferecida em caráter obrigatório mesmo que algumas dessas práticas não apresentem evidências científicas, porque ainda assim estão implementadas no SUS e os estudantes precisarão estar instrumentalizados para isso. O mesmo usou como exemplo a Constelação Familiar, sobre a qual a docente afirmou não ter conhecimento. A professora expressou acreditar que a formação do enfermeiro é voltada para um pensamento crítico, reflexivo e comprometido com a responsabilidade social. Entende que, como professores de uma universidade pública, lhes cabe contribuir para a construção de políticas públicas de saúde que direcionem os recursos já escassos do sistema de saúde para terapias com eficácia cientificamente comprovada e

sublinhou que respeita opiniões divergentes, mas que não poderia deixar de manifestar sua posição. A docente Diéssica comentou que a colega Lenice analisou algumas das PICS, mas há uma discussão no espaço do ensino, da pesquisa e da extensão das PICS quanto à heterogeneidade dessas práticas. No Brasil, muitas foram incluídas no conceito de Práticas Integrativas e Complementares, ao passo que o termo utilizado pela OMS é “Medicinas Tradicionais Integrativas e Complementares”, abarcando os saberes ancestrais e milenares. A docente citou a professora Madel Therezinha Luz, que estudou amplamente sobre as práticas, especialmente às que denomina como Racionalidades Médicas, das quais fazem parte o Ayurveda, a Medicina Tradicional Chinesa, a Homeopatia e outras Racionalidades que vão além da biomédica. Esta professora mencionada destaca a importância dessa visão para os estudantes da área da saúde para entendam que existem outras lógicas de pensamento quanto à forma do cuidado. Quando ela (professora Diéssica) e a docente Aline se propõem a ensinar sobre as PICS, entendem que estão diante de um grande desafio, como apresentado pela professora Lenice, pois até mesmo nesses espaços há pessoas que se aproveitam para lucrar. Tem sido discutido no grupo de pesquisa que, muitas vezes, a prática se torna um medicamento, ou seja, em vez de comprar um remédio farmacológico, o paciente adquire um óleo essencial ou outro artigo que acarretará um capital aos seus produtores. Assim, afirmou que ambas as docentes que trabalham com o tema não são favoráveis a todas as PICS, pois conhecem as limitações de muitas dessas práticas. Por isso, no município do Rio Grande, os profissionais do campo da saúde têm buscado especializações em práticas que consideram benéficas aos pacientes. O SUS já oferta cursos gratuitos sobre plantas medicinais e estimula as hortas comunitárias para que os usuários tenham acesso a essas plantas, a fim de que possam utilizar chás que minimizem as dores sem, muitas vezes, causar efeitos adversos e, se causar, o profissional precisa estar preparado para explicar. Isso acontece, por exemplo, em casos de pacientes oncológicos que optam por abandonar o tratamento e seguir determinada prática e, diante dessa situação, o enfermeiro precisa ter subsídios suficientes para orientar o paciente de que as PICS não são substitutivas, mas sim complementares, tendo o intuito de ampliar a visão para um cuidado integral conectado com a saúde ambiental. A professora destacou que os congressos sérios que tratam das PICS têm trazido essa ênfase no cuidado nos moldes que já vêm sendo abordados na FURG, assumindo um comprometimento com o ecossistema, pois se entende que o cuidado é para além do indivíduo e está relacionado com o ambiente macro. Para a docente, essas reflexões levam a selecionar os conteúdos e buscar métodos científicos que captem os efeitos das PICS na vida dos

usuários, pois há momentos em que também não encontra comprovação científica, mas constata os benefícios em situações reais de pessoas que buscam essas práticas que para elas trazem sentido e significado. Portanto, entende que não se pode aconselhar o usuário a não utilizar determinada prática que esteja lhe beneficiando porque não está respaldada cientificamente, mas que é preciso ter essa visão ampliada de que não há apenas uma forma de cuidado na qual se encontre todas as respostas. A professora mencionou que tem sido convidada para ministrar aula sobre o assunto em outras Universidades, mas fica limitada na instituição à qual pertence, embora compreenda que, como destacado, nem todas as práticas são proveitosas. Todavia, expressou que essa discussão é rica no sentido de que sejam analisados pontos de vista contrapostos e se chegue ao melhor formato da disciplina em pauta, com foco no aprendizado dos alunos. A docente Aline citou a professora Ângela Machado, que foi a precursora no trabalho com florais e, graças a ela, neste momento se está discutindo a possibilidade de que a disciplina seja incluída na grade obrigatória do curso de Enfermagem. A professora Aline manifestou que ter cursado a disciplina que tratava das PICS enquanto graduanda fez muita diferença na sua atuação profissional, assim como faz na vida dos alunos e usuários. Expressou que entende a inquietação da colega Lenice, pois nem sempre há a evidência científica que se gostaria, mas alegou que não é por isso que se pode negar os benefícios das PICS e que o respaldo científico vem sendo construído pelos profissionais que trabalham com a temática. Relatou que ela e a professora Janaina tiveram a oportunidade de cursar o mestrado e o doutorado na área da Educação Ambiental, onde se afastam da visão cartesiana exclusiva e expandem o conhecimento pensando na integralidade do ser humano e no cuidado integrado com o meio-ambiente. A docente destacou que todas as contribuições do grupo são extremamente importantes para que se tenha uma criticidade, mas, por outro lado, defende que se as PICS não forem trabalhadas, não se chegará à conclusão de quais são de fato eficazes. Citou que no campo cirúrgico, onde a professora Lenice atua, houve casos em que o paciente sofreu amputação e se fez sessões de toque terapêutico, levando-o a deixar de sentir dor no “membro fantasma”. A professora Aline mencionou ainda que ela e a professora Diéssica desenvolveram um estudo sobre estresse em formandos, no qual também identificaram que o toque terapêutico lhes proporcionou atravessarem aquele momento de maneira mais branda. A docente discorreu que trabalhou o aspecto da imposição de mãos no seu doutorado, demonstrando uma gama de estudos que apontam a eficácia dessa prática. Além disso, chamou a atenção ao fato de que em todos os ramos do saber há pessoas aproveitadoras, mas a disciplina em questão se propõe a favorecer o aluno ao abordar

questões pertinentes para seu desenvolvimento profissional. Referiu que a professora Lenice, há algum tempo, manifestou interesse em praticar o Reiki e, assim como ela, quando os usuários do serviço de saúde procuram o enfermeiro para saber informações sobre alguma prática terapêutica, ele não pode simplesmente descartar a demanda baseado no rigor científico. Face ao exposto, a docente agradeceu a dedicação da professora Lenice em estudar sobre o tema e se colocou à disposição do grupo, pedindo uma oportunidade para que a Escola de Enfermagem possa participar da construção desse processo e levar a FURG a ser uma das Universidades pioneiras no Brasil a oferecer esse conhecimento na sua grade obrigatória. A professora Lenice ressaltou, em relação à fala em que foi mencionada pela professora Aline, que considera completamente diferente buscar o Reiki para conhecer e compreender de concordar com que o SUS financie práticas como essa que não são amparadas cientificamente, como florais de San Germain, que são contemplados na disciplina em questão. Por isso, direcionou suas buscas às características da disciplina. Entende que as pessoas são livres para procurar o que lhes faça sentido e citou que a professora Diéssica trabalha com a prática da Ayurveda, que propõe uma mudança de estilo de vida e é benéfica para algumas pessoas. Acrescentou ser contraditório esse movimento inverso, em que primeiramente se investem recursos do sistema público para práticas que não têm evidências científicas para depois tentar comprovar. Salientou que, da mesma forma, a Enfermagem foi construída historicamente pautada em crenças e aspectos religiosos, mas foi consolidada por meio da ciência e, por isso, considera importante prezar para que os alunos tenham um fortalecimento do ponto de vista científico e que tenham criticidade para refletir, pois, até então, nenhuma das PICS implementadas no SUS foram questionadas pela Enfermagem. Destacou que nunca observou nenhum movimento da Enfermagem no sentido de refutar alguma das PICS implementadas no SUS. Portanto, entende que o enfermeiro tem o compromisso de cooperar na construção de um sistema de saúde que consiga regular melhor seus recursos e não financiar práticas sem evidências. A professora expôs que compreende a perspectiva das docentes da disciplina e que o terapeuta que trabalha com as PICS se caracteriza por uma atenção diferenciada e uma escuta atenta ao paciente, mas defende que as intervenções em si devem possuir evidência para que sejam financiadas pelo SUS, ou seja, entende não ser válido que o sistema público financie o uso de uma “água energizada”, por exemplo e, por esses motivos, manifestou seu voto contrário à obrigatoriedade da disciplina. Acrescentou não descartar os resultados encontrados na prática, que possuem um viés de confirmação muito significativo da subjetividade humana, mas que não são metodologicamente científicos. Então,

apontou ser preciso ter maior clareza até mesmo para assegurar a própria autonomia da Enfermagem, colocando em pauta que autonomia é essa que se busca e que tipo de prática se quer implementar. A professora Diéssica referiu que as ponderações da colega são válidas para a construção do currículo dos futuros enfermeiros. Ressaltou que a PNPIC vem crescendo, mas nunca recebeu recurso indutor e, quanto aos cursos que o SUS promoveu há algum tempo, inclusive a Auriculoterapia, mas o que se observa nos estudos e na comunidade é que os profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) pagam os cursos e compram os insumos para aplicar as práticas nos usuários. Esse fato, inclusive, é objeto de estudos, pois indicam o aumento da procura da população e do resultado dessas práticas. Outro fator que a docente mencionou é que as PICS estão cada vez mais sendo adotadas também pela medicina, o que leva ao debate quanto à aceitação da comunidade, que tem a impressão de maior credibilidade por serem ofertadas pelos médicos. Então, esses e outros aspectos precisam ser discutidos e amadurecidos, bem como a má gestão de recursos investidos pelo governo federal na compra de cloroquina no combate à pandemia de Coronavírus, mesmo sem evidenciação científica, por exemplo. Assim, a docente considera que os investimentos governamentais se voltam às medicações farmacológicas que muitas vezes prejudicam, em vez de ajudar o paciente. Apontou que em alguns países, há um local ao lado dos hospitais para rezas antes da cirurgia, espaço esse financiado pelo sistema de saúde, porque para aquela cultura é importante, independentemente se haverá ou não benefícios efetivos, mas que são instalados em respeito ao usuário. Nessa perspectiva, a professora argumentou que deseja fazer o que estiver ao seu alcance para contribuir tanto dentro quanto fora do meio acadêmico para que as PICS demandadas pela população sejam efetivadas, pois acredita na sua eficácia. No entanto, sublinhou que muitas práticas irregulares têm sido tratadas no mesmo patamar das PICS e, por isso, o IdeiaSUS e o ObservaPICS têm trabalhado para fazer essa distinção e divulgar as práticas reconhecidas. A professora Lenice esclareceu que entende a relevância das questões culturais e da espiritualidade humana, sobre as quais sempre chamou a atenção dos alunos no centro cirúrgico ao ver a condição de pacientes que se encontravam extremamente ansiosos e eram acalmados pelo acesso a algum símbolo ou prática religiosa, mas que essa crença era considerada a partir da perspectiva do paciente, dos símbolos que ele atribui sensação de segurança emocional e que isso pode contribuir para redução de ansiedade e minimizar algum fator de risco como elevação de pressão arterial. Acredita que as crenças pessoais e regionais devem ser respeitadas dentro daquilo que é seguro e, sob essa perspectiva, as próprias pessoas protagonizam e conduzem o sentido que dão para a

vida. Contudo, justamente por isso, considera incoerente oferecer a Medicina Tradicional Chinesa (MTC) enquanto que o paciente pode possuir outra crença pessoal. Questiona que respeito cultural é esse que incorpora de maneira generalizada em todo o território brasileiro um sistema de crenças e práticas de outros locais. A professora Deise também registrou seu voto, expressando que a disciplina é bastante pertinente, mas não concorda com a obrigatoriedade da mesma na 5ª série, pois o curso está tendo dificuldades quanto à falta de horário dos alunos para as atividades práticas que estão limitadas a 4 ou 5 por campo. Assim, sugeriu que a disciplina seja realocada em outro semestre ou que seja optativa. A diretora colocou a pauta em votação para definição do CONEENF, ficando decidido que a disciplina "Plano da Disciplina Práticas Integrativas e Complementares para o cuidado de Enfermagem/Saúde" foi aprovada em caráter obrigatório, com 8 votos favoráveis, 5 votos contrários e 2 abstenções. **8. Progressão funcional da professora Paula Pereira de Figueiredo para Associado:** A diretora apresentou a ata que registrou o que foi discutido e decidido pela Comissão de Avaliação da Ascensão na Carreira Docente da Escola de Enfermagem, formada pelos professores Luciano Garcia Lourenção (Presidente), Giovana Calcagno Gomes, Rosemary Silva da Silveira e Adriane Maria Netto de Oliveira. A comissão reuniu-se no dia 25 de novembro do corrente para avaliar a progressão funcional da professora Paula Pereira de Figueiredo da classe Adjunto para Associado, de acordo com o processo administrativo 23116.002422/2021-51. Após a verificação do Relatório de Atividades Docentes (RAD), análise do Currículo Lattes e preenchimento da tabela de pontuação, a professora obteve 147 pontos. Diante disso, os membros da comissão se manifestaram favoravelmente à progressão funcional da professora Paula. A diretora parabenizou a docente pela ascensão na carreira. **9. Oferta de disciplinas 2021/2:** A coordenadora da Graduação, professora Daiani, elencou as disciplinas que serão oferecidas no 2º semestre de 2021. São elas: **1ª série**: Introdução à Enfermagem e às Políticas Públicas de Saúde; Psicologia da Saúde e Desenvolvimento; Introdução à Sociologia; Sociedade, Educação e Relações Étnico-Raciais; Anatomia fundamental; Fundamentos de histologia; Biofísica aplicada à Enfermagem. **2ª série**: Epidemiologia; Elementos Antropológicos Filosóficos; Fisiologia Aplicada à Enfermagem; Bioquímica Aplicada à Enfermagem; Microbiologia e Imunonologia. **3ª série**: Pesquisa em Enfermagem; Semiologia e Semiotécnica I; Processo de Enfermagem; Estatística I; Farmacologia Aplicada à Enfermagem; Parasitologia. **4ª série**: Semiologia e Semiotécnica II; Genética; Patologia; Enfermagem em Situações de Doenças Transmissíveis. **5ª série A**: Educação em Saúde; Semiologia e

Semiotécnica III; Enfermagem na Administração das Organizações de Saúde. **5ª série B**: Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente I; Enfermagem na Saúde da Mulher; Enfermagem Gerontogeriátrica; Enfermagem na Saúde do Trabalhador. **6ª série**: Enfermagem nas Intercorrências Clínicas do Adulto; Enfermagem em Saúde Mental. **8ª série**: Enfermagem na Administração Hospitalar; Enfermagem na Rede de Atenção Básica à Saúde I; Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente II. **9ª série**: Projeto Trabalho de Conclusão de Curso; Estágio Supervisionado em Enfermagem Hospitalar - Ênfase em Saúde da Mulher; Estágio Supervisionado em Enfermagem Hospitalar - Ênfase em Saúde da Criança e do Adolescente; Estágio Supervisionado em Enfermagem Hospitalar - Ênfase em Adulto e Idoso nas Intercorrências Clínicas; Estágio Supervisionado em Enfermagem Hospitalar - Ênfase em Enfermagem Perioperatória. **10ª série**: Estágio Supervisionado em Enfermagem; Disciplinas optativas: Aleitamento Materno e Políticas Públicas de Saúde; Abordagem Interdisciplinar em Cuidados Paliativos; Abordagem Multidisciplinar na Dependência Química. A docente destacou que o Estágio Supervisionado está sendo realizado no Hospital e, posteriormente, será na Rede de Atenção Básica à Saúde. Também informou que os horários das disciplinas foram organizados pelas ordens das turmas e não pelo Quadro de Sequência Lógica (QSL). **10. Orientações de PTCC:** A professora Camila apresentou a listagem dos discentes e respectivos orientadores para os Projetos de Trabalhos de Conclusão de Curso (PTCC), conforme segue: Alessandra Garcia Porto, orientadora: Profa. Dra. Giovana Calcagno Gomes; Caroline Cunha Machado, orientadora: Profa. Dra. Giovana Calcagno Gomes; Daiane Maria Rodrigues Machado, orientadora: Profa. Dra. Aline Cristina Calçada de Oliveira; Daniel Miranda da Silva, orientadora: Profa. Dra. Pâmela Kath de Oliveira Norenberg; Daniele Calvetti Ribeiro, orientadora: Profa. Dra. Pâmela Kath de Oliveira Norenberg; Dara Roberta Biatobock, orientadora: Profa. Dra. Daniela Fernandes Ramos (Faculdade de Medicina – FAMED), coorientador: Prof. Dr. Edison Luiz Devos Barlem; Fabiele Farias de Farias, orientadora: Profa. Dra. Camila Daiane Silva; Jéssica Lima Lopes, orientadora: Profa. Dra. Laurelize Pereira Rocha; Jéssica Lopes Teixeira, orientadora: Profa. Dra. Daiane Porto Gautério Abreu; Kellen Amaral Costa, orientadora: Profa. Dra. Daiane Porto Gautério Abreu; Letícia Daiana Fonseca Heredia, orientadora: Profa. Dra. Fabiane Ferreira Francioni; Lisiane Domingues, orientadora: Profa. Dra. Bárbara Tarouco da Silva; Lisiele Pereira Gomes, orientadora: Profa. Dra. Giovana Calcagno Gomes; Luciana Duarte Moreira, orientadora: Profa. Dra. Aline Campelo Pintanel; Marina Goulart Lobato, orientadora: Profa. Dra. Fabiane Ferreira Francioni; Natanna Pellegrinotti Machado, orientadora: Profa. Dra. Diéssica Roggia Piexak; Odiléia da Silveira,

orientadora: Profa. Dra. Diéssica Roggia Piexak; Paula Garcia Garcia, orientadora: Profa. Dra. Aline Campelo Pintanel; Raissa Gomes Furtado Pereira, orientadora: Profa. Dra. Marta Regina Cezar Vaz; Suelen Amaral Monteiro, orientadora: Profa. Dra. Camila Daiane Silva; Thaíme Costa Leivas, orientadora: Profa. Dra. Giovana Calcagno Gomes; Thais Machado Quintana, orientadora: Profa. Dra. Rosemary Silva da Silveira; e Tupi Potiguar Martins Silveira, orientadora: Profa. Dra. Aline Campelo Pintanel. **11. Projetos COMEX, COMPESQ e COMGRAD: COMEX:** Não houve projetos de extensão aprovados pelo comitê no mês de novembro. **COMPESQ:** A docente Lenice, presidente do COMPESQ, anunciou os projetos de pesquisa: "O enfermeiro na segurança do paciente no Centro cirúrgico à luz do referencial ecossistêmico" da estudante Sabrina Viegas Beloni Borchardt, com orientação da Profa. Dra. Hedi Crecencia Heckler de Siqueira; e "Processo de vinculação afetiva entre pais-filhos prematuros internados em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal" da estudante Michelle da Silveira Chapacais Szewczyk, com orientação da Profa. Dra. Giovana Calcagno Gomes. **COMGRAD**: Não foram aprovados projetos de ensino neste mês. **12. Informes da Graduação / Pós-Graduação: Graduação:** A coordenadora da Graduação, professora Daiani, informou que o período para acerto de matrículas foi de 8 a 12 de novembro (mesmo período da Acolhida Cidadã), quando foram matriculados o total de 331 alunos no curso, distribuídos por série, conforme descrito a seguir: **1ª série:** 35 alunos matriculados, mas ainda faltam chamar 03 alunos do SiSU (Sistema de Seleção Unificada) 2020/2, mais 01 indígena e 01 quilombola; 11 alunos que ingressaram entre 2019/1 e 2021/1 ainda estão na 1ª série e não solicitaram matrícula neste semestre (evadidos). A coordenação realizou busca ativa e, até o momento, 01 está em garantia de vaga. Assim, o curso tem 41 alunos retidos na 1ª série, mas pode chegar a 51 com a busca ativa pelos evadidos. Neste semestre a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) não abriu o Edital de Processo Seletivo de ocupação de Vagas Ociosas (PSVO). Não foi dada nenhuma vaga complementar para disciplinas da 1ª série. **2ª série:** 33 alunos. **3ª série:** 32 alunos e 24 realizando apenas práticas pendentes. **4ª série:** 35 alunos. **5ª série:** foi dividida em duas turmas: a 5ª série A está com 29 alunos cursando Semiologia e Semiotécnica III e a 5ª série B com 26 alunos cursando Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente I, Enfermagem na Saúde da Mulher, e Enfermagem Gerontogeriátrica. **6ª série:** 33 alunos. **7ª série:** essa turma era originalmente composta por 28 alunos. 24 alunos realizarão agora as práticas pendentes do semestre anterior das disciplinas Enfermagem em Centro Cirúrgico e Enfermagem em Clínica Cirúrgica. Em 2020/2, outros 04 alunos dessa turma preferiram esperar para fazer as práticas da disciplina Enfermagem nas Intercorrências Clínicas do Adulto

e/ou pediram garantia de vaga. O restante da turma foi adiante e esses 04 alunos, por motivos pessoais e exercendo a sua autonomia, decidiram se formar com a próxima turma. Esses alunos vão realizar parte das disciplinas da 7ª série agora (Enfermagem na Rede de Atenção Básica à Saúde I) e a outra parte (Enfermagem em Centro Cirúrgico e Enfermagem em Clínica Cirúrgica) com a turma no próximo semestre. **8ª série:** composta pelos 24 alunos que conciliarão as práticas pendentes das disciplinas Enfermagem em Saúde Mental, Enfermagem em Centro Cirúrgico e Enfermagem em Clínica Cirúrgica com a 8ª série. Essa foi a solução encontrada para que esses alunos não ficassem mais 01 semestre no curso. **9ª série:** 24 alunos. **10ª série:** 13 alunos. Com relação aos acertos de matrícula, a coordenação recebeu o total de 122 pedidos, sendo 77 atendidos (6 remoções e 71 inclusões) e 45 pedidos rejeitados (alunos mais novos no curso que já possuem os pré-requisitos das disciplinas Enfermagem em Situações de Doenças Transmissíveis e Semiologia e Semiotécnica I e tentaram adiantar a disciplina). As solicitações pelo Demandas FURG são solicitações de texto livre que geram número de Protocolo com mesmo valor legal que o Protocolo Físico. Quanto às quebras de pré-requisito, 143 foram deferidas, conforme segue: Enfermagem na Rede de Atenção Básica à Saúde I: 22 quebras; Educação em Saúde: 07 quebras; Enfermagem na Administração das Organizações de Saúde: 19 quebras; Enfermagem na Administração Hospitalar: 18 quebras; Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente II: 18 quebras; Fisiologia Aplicada à Enfermagem: 03 quebras; Epidemiologia: 03 quebras (alunos PSVO 2021/1 não puderam cursar a disciplina Políticas Públicas de Saúde devido ao alto número de alunos que haviam trancado essa disciplina); Estatística I: 02 quebras; Estágio Supervisionado em Enfermagem Hospitalar - Ênfase em Enfermagem Perioperatória: 23 vagas (pré-requisito mínimo de 2940 horas cursadas, mas, em função da pandemia, esses alunos chegaram na 9ª série sem terem cursado Enfermagem na Rede de Atenção Básica à Saúde II e PTCC e, por isso, foi preciso ser dada a quebra de pré-requisito); Estágio Supervisionado em Enfermagem Hospitalar - Ênfase em Adulto e Idoso nas Intercorrências Clínicas: 23 vagas (também com pré-requisito mínimo de 2940 horas cursadas, mas, em função da pandemia, esses alunos chegaram na 9ª série sem terem cursado Enfermagem na Rede de Atenção Básica à Saúde II e PTCC e, por isso, foi preciso ser dada a quebra de pré-requisito); Patologia: 03 quebras: Farmacologia Aplicada à Enfermagem: 02 quebras. Foram indeferidos 26 pedidos de quebra de pré-requisito, sendo: Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente I: 03; Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente II: 04; Enfermagem na Saúde da Mulher: 03; Enfermagem nas Intercorrências Clínicas do Adulto: 03; Semiologia e Semiotécnica II: 02; Processo de

Enfermagem: 01; Enfermagem na Saúde do Trabalhador: 05; Enfermagem na Administração Hospitalar: 03; Ética e Legislação no Exercício da Enfermagem: 02. Foram autorizadas 13 matrículas complementares: Estatística I: 05; Abordagem Multidisciplinar na Dependência Química: 01; Bioquímica: 03; Parasitologia: 01; Aleitamento Materno e Políticas Públicas de Saúde: 01; Microbiologia e Imunobiologia: 02. Foram rejeitadas 36 matrículas complementares de alunos de outros cursos: Biofísica aplicada à Enfermagem: 04; Anatomia fundamental: 06; Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente I: 01; Enfermagem em Saúde Mental: 01; Fundamentos de histologia: 02; Pesquisa em Enfermagem: 02; Psicologia da Saúde e Desenvolvimento: 04; Sociedade, Educação e Relações Étnico-Raciais: 02; Processo de Enfermagem: 01; Saúde Ambiental: 2; Parasitologia: 01; Epidemiologia: 01; Fisiologia Aplicada à Enfermagem: 01; Enfermagem na Administração das Organizações de Saúde: 01; Introdução às Políticas Públicas de Saúde: 01; Semiologia e Semiotécnica I: 03; Abordagem Interdisciplinar em Cuidados Paliativos: 01; Educação em Saúde: 01; Farmacologia Aplicada à Enfermagem: 01. Ainda, quando às matrículas complementares, 04 alunos da Enfermagem cursarão as seguintes disciplinas em outros cursos: 01 aluno - Libras II, no curso de Medicina; 01 aluno - Psicologia da Saúde, no curso de Psicologia; 01 aluno - Saúde Mental Coletiva, no curso de Psicologia; e 01 aluno - Saúde Coletiva na Educação, no curso de Física. A coordenação recebeu 3 pedidos de REAE (Regime Emergencial de Atividades e Estudos) para as disciplinas: Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente I, Enfermagem Gerontogeriátrica e Enfermagem na Saúde da Mulher. Estes pedidos de REAE já foram avaliados no NDE. O período de trancamentos de matrícula começou no dia 22 de novembro de 2021 e vai até 7 de janeiro de 2022. Até o momento, a coordenação já recebeu 28 pedidos de trancamento nas seguintes disciplinas: Enfermagem em Saúde Mental; Semiologia e Semiotécnica I; Semiologia e Semiotécnica III; Enfermagem Gerontogeriátrica; Abordagem Multidisciplinar na Dependência Química; Enfermagem na Saúde da Mulher; Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente I; Genética; Microbiologia e Imunobiologia; Biofísica aplicada à Enfermagem; Educação e Relações Étnico-Raciais; Anatomia fundamental; Fundamentos de histologia; Políticas Públicas de Saúde; Introdução à Sociologia; Psicologia da Saúde; Farmacologia Aplicada à Enfermagem; Parasitologia; Saúde Ambiental; Educação em Saúde; Aleitamento Materno e Políticas Públicas de Saúde; e Estatística I. Por fim, a professora relatou que a disciplina Abordagem Interdisciplinar em Cuidados Paliativos foi aprovada pelo NDE para ser ofertada em caráter obrigatório. **Pós-Graduação:** A coordenadora da Pós-Graduação, docente Mara, comunicou que ingressou no PPGEnf (Programa de Pós-

Graduação em Enfermagem) a professora visitante Ana Cláudia Garcia Vieira, a qual assinou o contrato na PROGEP (Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas) no dia 18 de novembro, tendo previsão inicial de atividades na graduação. **13. Assuntos Gerais:** A professora Fabiane se retratou quanto a um comentário realizado no grupo de WhatsApp, explicando que não gostaria de ofender nenhum colega e esboçando seu entendimento de que o PPGEnf poderia compartilhar as atividades e divulgar os assuntos que tramitam na Pós-Graduação a todos os professores da Unidade, a fim de que o grupo cresça conjuntamente. A representante discente da graduação no CONEENF, Júlia, perguntou se há informações a respeito do curso de Farmácia na FURG. A professora Janaina respondeu que o projeto foi elaborado pela FaMed e já foi aprovado, mas até o momento não se tem previsão de início. O curso deverá contar com a participação de docentes da EEnf. Sem mais a tratar, a reunião foi encerrada às 16h10min. Será lavrada a presente ata, a qual, após lida, será submetida à homologação na próxima reunião do Conselho.

Profa. Dra. Janaina Sena Castanheira
Presidente